



# GESTÃO DOS CAPITAIS NATURAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS

A importância do uso eficiente dos recursos naturais para a sustentabilidade da produção



GOOD  
GROWTH  
PARTNERSHIP

CONSERVAÇÃO  
INTERNACIONAL

Brasil





PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA UMA  
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NO MATOPIBA

# **GESTÃO DOS CAPITAIS NATURAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS**

A importância do uso eficiente dos recursos  
naturais para a sustentabilidade da produção

Brasília/DF, 2021

## **REALIZAÇÃO**

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

## **COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**Gerente Sênior de Produção Sustentável**

Karine Barcelos

**Coordenadora de Projetos**

Iamilly Cunha

## **PESQUISA E CONTEÚDO**

**Coordenação**

Ana Cecília Kreter (EConsult)

**Especialista Técnico**

Jefferson Staduto (EConsult)

**Especialista de Comunicação**

Mariana Cristina dos Santos Resende (EConsult)

**Assistentes**

Patrícia Estanislau, Rafael Pastre, Cleyton Vilarino

## **COAUTORIA**

Isabel Drigo, Lilian Vendrametto

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Javiera de la Fuente C.

## **ILUSTRAÇÕES**

Augusto Lopes dos Santos Borges, Leonardo Simão Lago Alvite

## **TABELAS E GRÁFICOS**

Jefferson Staduto, Ana Cecília Kreter

## **FOTOS**

iStock (capa), Flavio Forner / Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), Pixabay, iStock

1ª edição

---

A série de cartilhas *Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA* faz parte da iniciativa global *Parceria para o Bom Desenvolvimento* (Good Growth Partnership – GGP), implementada pela Conservação Internacional (CI-Brasil), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF). No Brasil, o projeto visa promover o estabelecimento de paisagens agrícolas sustentáveis que conciliem a produção de soja e a conservação da natureza na região do MATOPIBA.

---

# APRESENTAÇÃO

Assegurar a eficiência na gestão de recursos naturais e garantir sua manutenção para as futuras gerações são algumas das grandes questões quando se discutem sustentabilidade das propriedades rurais, aumento da produção e manutenção do bem-estar da população no campo.

Se todas essas variáveis são imprescindíveis para compreender o que é o meio rural brasileiro, discutir o papel da mulher, suas peculiaridades e suas oportunidades torna a análise ainda mais instigante. Mais que compilar números, perceber essa realidade a partir do olhar feminino traz elementos que expressam uma rica narrativa de mudanças na estrutura da própria sociedade, estabelecendo novos paradigmas para uma produção mais sustentável.

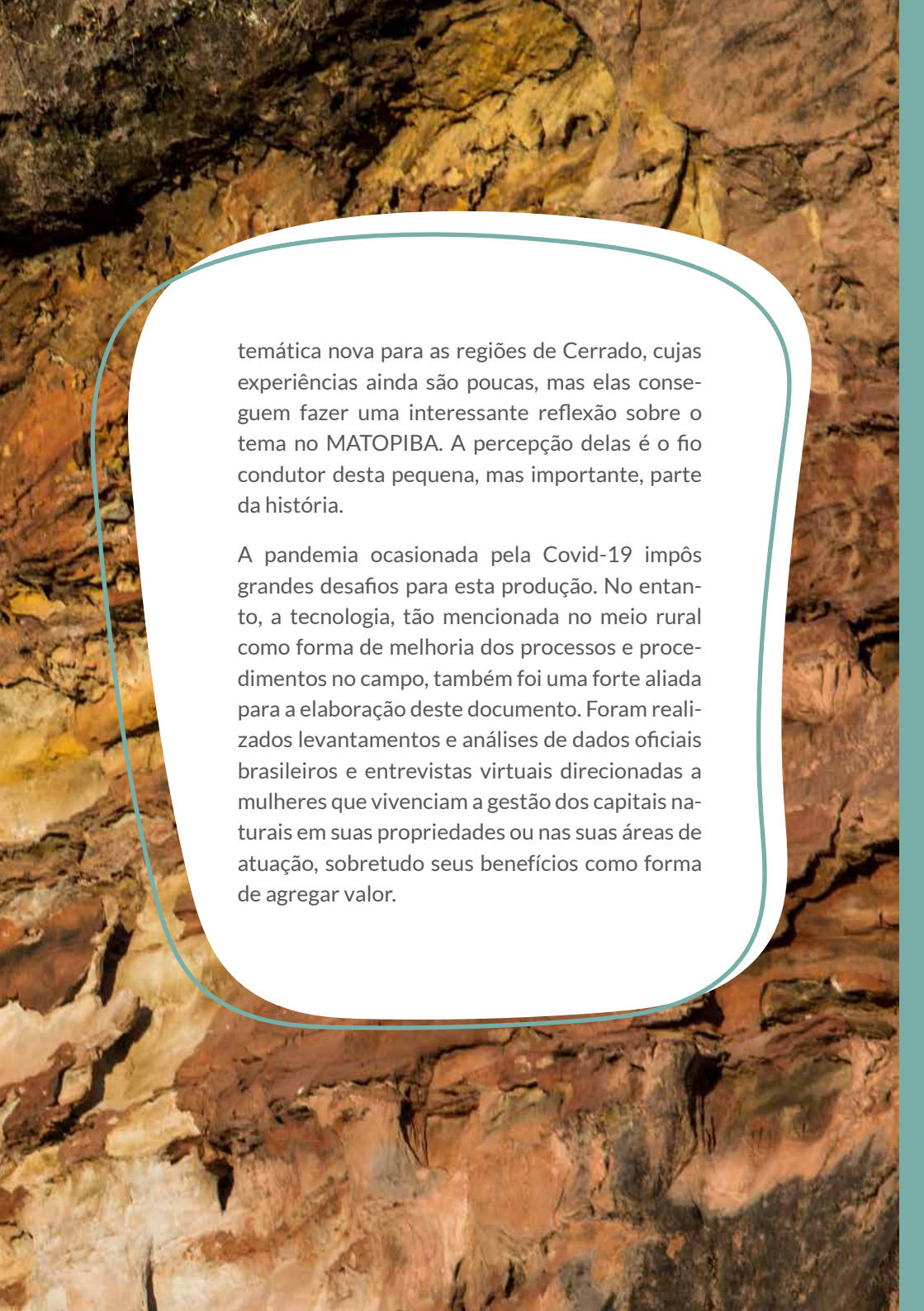
É pensando nisso que o projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento, por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF), publica a coleção de dez cartilhas intitulada **Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA**.

Nesta cartilha, trazemos o tema **Gestão dos Capitais Naturais nas Propriedades Rurais: a importância do uso eficiente dos recursos naturais para a sustentabilidade da produção**. Qual é o papel do elemento de gênero nessa discussão? Como ele se insere na dinâmica atual nas várias formas de gestões e benefícios dos capitais naturais para a produção agrícola no Cerrado? E qual a percepção de mulheres que atuam nessa temática? Essas são algumas das perguntas norteadoras a que buscamos responder. E, para contribuir com esse olhar, no decorrer desta publicação, apresentaremos as percepções das especialistas **Isabel Drigo** e **Lilian Vendrametto**.

Boa leitura!

## INTRODUÇÃO

Esta cartilha é uma contribuição para a análise da gestão dos capitais naturais nas propriedades rurais sob a perspectiva de gênero no MATOPIBA – acrônimo criado a partir das iniciais dos respectivos estados componentes: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A partir da narrativa das especialistas, foram apresentados alguns esclarecimentos sobre as várias formas de gestão desses capitais, além de levantar a importância dos serviços ecossistêmicos associados a eles, que, além de agregarem valor às propriedades rurais, também são fundamentais para a existência das atividades agropecuárias. Nossas especialistas fazem a narrativa de suas experiências com o tema e detalham como determinadas ações podem influenciar positiva ou negativamente a gestão dos capitais naturais de uma região. Essa é uma



temática nova para as regiões de Cerrado, cujas experiências ainda são poucas, mas elas conseguem fazer uma interessante reflexão sobre o tema no MATOPIBA. A percepção delas é o fio condutor desta pequena, mas importante, parte da história.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 impôs grandes desafios para esta produção. No entanto, a tecnologia, tão mencionada no meio rural como forma de melhoria dos processos e procedimentos no campo, também foi uma forte aliada para a elaboração deste documento. Foram realizados levantamentos e análises de dados oficiais brasileiros e entrevistas virtuais direcionadas a mulheres que vivenciam a gestão dos capitais naturais em suas propriedades ou nas suas áreas de atuação, sobretudo seus benefícios como forma de agregar valor.

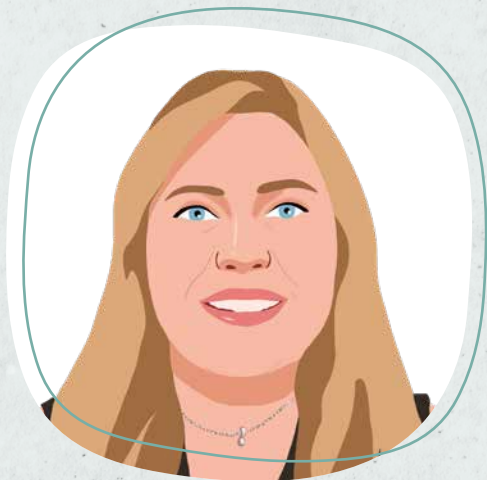
## ISABEL DRIGO

Jornalista de formação, com mestrado e doutorado em ciência ambiental pela Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutorado em economia agrícola pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Isabel abriu mão do jornalismo para se dedicar exclusivamente à pesquisa e produzir ciência nessa grande área que se chama sustentabilidade, com foco na fronteira entre sociologia e economia. Isabel atua principalmente na Amazônia e no Cerrado, trabalhando com diversas cadeias produtivas, como a pecuária bovina de corte e a soja, mas nunca deixou de lado as florestas, em temáticas envolvendo a gestão florestal e as florestas tropicais, tanto na perspectiva de grandes empresas quanto na de comunidades tradicionais da Amazônia. Atualmente, Isabel é gerente de clima e cadeias agropecuárias no Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).





## LILIAN VENDRAMETTO



Engenheira agrônoma e mestre pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), e doutora em engenharia de produção pela Universidade Paulista (Unip), Lilian trabalhou com diversas cadeias produtivas, desde grandes companhias agrícolas até microprodutores. Com larga experiência na criação e gestão de projetos nas áreas de agricultura e sustentabilidade, com foco em gestão socioambiental, saúde e segurança, boas práticas agrícolas, relacionamento institucional e governamental, diálogos multilaterais e educação ambiental, Lilian é atualmente diretora de paisagens terrestres sustentáveis da Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil).

# POR QUE GESTÃO DOS CAPITAIS NATURAIS?

A gestão do capital natural na propriedade rural abarca a organização e o acompanhamento de ações para controlar os impactos ambientais da produção agropecuária, coordenando internamente os esforços para aprimorar o desempenho de recursos como água, solo e biodiversidade. Uma das ferramentas que podem ser utilizadas nessa gestão é o Inventário de Emissões do Gases de Efeito Estufa (GEE)<sup>1</sup>. Outra alternativa é a adoção de iniciativas de Tecnologia da Informação Verde (TI Verde), que aplicam a TI a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, a gestão envolve ainda o aumento da capacitação de colaboradores em termos de responsabilidade socioambiental, a disseminação de conceitos e práticas de ecoeficiência, a adequação de espaços e equipamentos para racionalizar os usos e consumos de bens e produtos e a adoção de protocolos e certificações relacionados ao meio ambiente.

O Brasil é um grande mosaico quando se pensa em áreas agrícolas. É uma equação complexa, que envolve uma conjunção entre áreas naturais protegidas, gestão dos capitais naturais nas propriedades e práticas agrícolas, buscando uma agricultura resiliente, que se preocupa com o futuro, mas que também atende às demandas de expansão da produção. A implantação de programas de uso eficiente dos recursos naturais é orientada por diretrizes que consideram a responsabilidade ambiental e a ecoeficiência nas propriedades rurais por meio da gestão de vários recursos naturais e da adoção de processos e práticas agrícolas. Esses processos e práticas podem e devem envolver o uso racional e responsável de recursos hídricos, energia elétrica e combustíveis, além de insumos e descarte adequado dos resíduos sólidos.

---

1. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o inventário do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) "é uma ação voluntária de responsabilidade ambiental iniciada em 2012, com publicação anual no registro público de emissões do programa brasileiro GHG Protocol. A iniciativa contribui com o compromisso de promover o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais deles derivados, assumido pelo BNDES ao aderir ao Protocolo de Intenções pela Responsabilidade Social e Ambiental (Protocolo Verde)". Disponível em: <<https://bit.ly/399embz>>.



© Pixabay

A redução das emissões de GEE gerados pela produção agropecuária também é uma preocupação constante. A adoção de práticas agrícolas que diminuem a emissão de carbono contribui para a gestão do capital natural nas propriedades rurais, conforme apresentado na Cartilha 3, que versa sobre crédito rural.

Na produção agropecuária, bem como de qualquer bem e serviço, são gerados impactos ao meio ambiente, que no médio e longo prazo poderão refletir na perda da produtividade das áreas agrícolas. Infelizmente, nem sempre as técnicas disponíveis oferecem possibilidades de mitigação adequadas desses danos ou de plenamente substituir o recurso natural usado ou degradado para a produção dos bens e serviços. Portanto, caso haja efeitos negativos, surge a necessidade de revisão dos processos produtivos.

A grande questão é que nem todos os recursos naturais podem ser substituídos totalmente. Por essa razão, eles são classificados em renováveis e não renováveis, o que nos leva a concluir que existem limites ao uso de recursos naturais, e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Assim, a partir de meados do século XX, a vertente ecológica da análise econômica passou a considerar a finitude dos serviços prestados pela natureza e a questionar a capacidade de resiliência dos ecossistemas em manter as taxas de expansão dos processos produtivos e do próprio sistema econômico em curso<sup>2</sup>. Em outras palavras, o progresso técnico e tecnológico pode atenuar a pressão que toda atividade humana exerce sobre a base de recursos naturais do planeta, mas não a eliminar, uma vez que eles não podem ser totalmente substituídos pelas técnicas disponíveis<sup>3</sup>. A sobrecarga sobre os recursos naturais se traduz em desequilíbrios ambientais.

A partir dessa nova percepção, o conceito de capital natural se tornou híbrido, formado a partir da economia e da ecologia, ressaltando a importância da qualidade ambiental como pré-condição para o bem-estar da sociedade e sua sustentabilidade (econômica) no longo prazo<sup>4</sup>. Ele é constituído de “qualquer elemento ou sistema do mundo físico (geofísico e ecológico) que, diretamente ou em combinação com bens produzidos pela economia, fornecem materiais, energia ou serviços de valor à sociedade”<sup>5</sup>. Sua importância é inquestionável, uma vez que suporta toda atividade humana e aprovisiona, com bens e serviços, o mundo que nos mantém vivos.

O capital natural também pode ser considerado como nosso ambiente natural, ou seja, é o estoque de recursos naturais ou ativos ambientais existentes, por exemplo, nas florestas e em terras agricultáveis, que produzem um fluxo de bens e serviços úteis à sociedade<sup>6</sup>. Nessa linha, o capital natural fornece toda diversidade de funções ambientais que a sociedade pode converter em produtos e serviços úteis que mantêm ou mesmo elevam o seu bem-estar no curto e longo prazo. Por isso, ele desperta interesse econômico, social e ambiental, uma vez que disponibiliza bens e serviços ecossistêmicos indispensáveis para a sobrevivência de todas as espécies do globo.

---

2. IEA (2018).

3. IEA (2018).

4. O'Connor (1999).

5. O'Connor (1999, p. 20).

6. MacDonald (1999).

Na região do MATOPIBA, foram analisados alguns cenários de produção relativos a uso do solo, água e emissão de carbono. A conclusão foi que, caso não “haja uma mudança na forma como os recursos naturais são percebidos e valorados pelos produtores rurais, assim como pelas comunidades do entorno”<sup>7</sup>, certamente haverá crescimento econômico apenas de curto prazo. No longo prazo, esse crescimento estará comprometido, cujo cenário levará à diminuição ou estagnação do bem-estar em consequência da expansão da produção agropecuária. Além disso, haverá redução na sustentabilidade ambiental, ocorrendo esgotamento de componentes como solo e água. Os principais fatores que levariam a esse colapso no longo prazo são<sup>8</sup>:

- a. alto grau de concentração fundiária e produtiva;
- b. agravamento crescente dos problemas ambientais (com risco de esgotamento dos recursos naturais e escassez permanente);
- c. aumento dos custos de produção;
- d. suscetibilidade a oscilações dos preços das *commodities* tanto no mercado doméstico como no internacional; e
- e. dificuldade de financiamento devido a essa instabilidade.

## A gestão dos recursos no MATOPIBA

---

*“Nós queremos vida longa para a agricultura, com respeito às boas práticas e à manutenção da microbiota do solo.”*

**Lilian Vendrametto**

---

O Brasil é um grande mosaico, belo e complexo como uma incrível obra de arte. São regiões, biomas e paisagens tão diferentes entre si, mas que se complementam e colocam o país como um dos mais relevantes e biodiversos do plane-

---

7. Seifer, Camargo e Drigo (2020, p. 7).

8. Seifer, Camargo e Drigo (2020).

ta. Sempre falam do tamanho continental que é nosso país. No entanto, em se tratando de uso e ocupação do solo, agricultura, flora e fauna nativas, também temos uma sociobiodiversidade surpreendente.

O MATOPIBA é uma fronteira agrícola diversa, formada por grandes empreendimentos agrícolas que se entrelaçam com fazendas de pequeno e médio porte, com áreas de pastagem e de agricultura que, associadas a áreas de vegetação nativa, formam a paisagem local. Há relevos e topografias bastante diversos. Existe um grande potencial de produção de alimentos na região, mas também existe a necessidade de trabalhar fortemente as questões de conservação do solo e do Cerrado. Tudo para fazer uma gestão correta desses dois recursos. “Esse mosaico precisa estar bem dosado entre a área de produção e a área de conservação – área de preservação permanente (APP) ou reserva legal (RL), como chamamos – para proporcionar esse equilíbrio e trazer todo o potencial produtivo, desde o recurso genético da semente, o manejo de pragas, doenças e plantas daninhas, sempre de acordo com as boas práticas agrícolas, até a colheita com modernos equipamentos. Mas, para conseguir explorar tudo isso, você depende totalmente dos recursos naturais”, sugere Lilian Vendrametto, diretora de paisagens sustentáveis da Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil). “Precisamos ter uma agricultura produtiva, olhando não apenas para esses índices de produtividade que temos, mas também para essa dependência dos recursos naturais, a fim de manter uma microbiota muito rica nas primeiras camadas de solo e uma vida longa para esse solo”, complementa.

Isabel Drigo, gerente da área de clima e cadeias agropecuárias do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), destaca o estado do Mato Grosso, com “grande apetite em relação à produtividade”. “Há regiões que estão sendo colonizadas, que têm um desejo de produtividade exponencial, como vemos no Mato Grosso. São regiões subindo em direção às áreas de floresta amazônica, e que têm produtores com a vontade de que essa produtividade chegue a qualquer custo, o mais rápido possível. Observo que os agricultores dessa fronteira possuem duas características: vontade de ter os altíssimos índices de produtividade, mas uma abertura à inovação, e desejo de trabalhar com a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), pensando em um equilíbrio de longo prazo”, avalia.

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades

Bem-estar não declina ao longo do tempo

Gerenciamento e melhoria de um portfólio de ativos econômicos

## ESTOQUE TOTAL DE CAPITAL

Capital natural ( $K_n$ )

Capital físico ( $K_f$ )

Capital humano ( $K_h$ )

Conduz para baixos níveis de sustentabilidade

Todo  $K_n$  é não essencial

$K_n$  pode ser substituído por  $K_f$  e  $K_h$ .  
Portanto, não é essencial a manutenção do  $K_n$

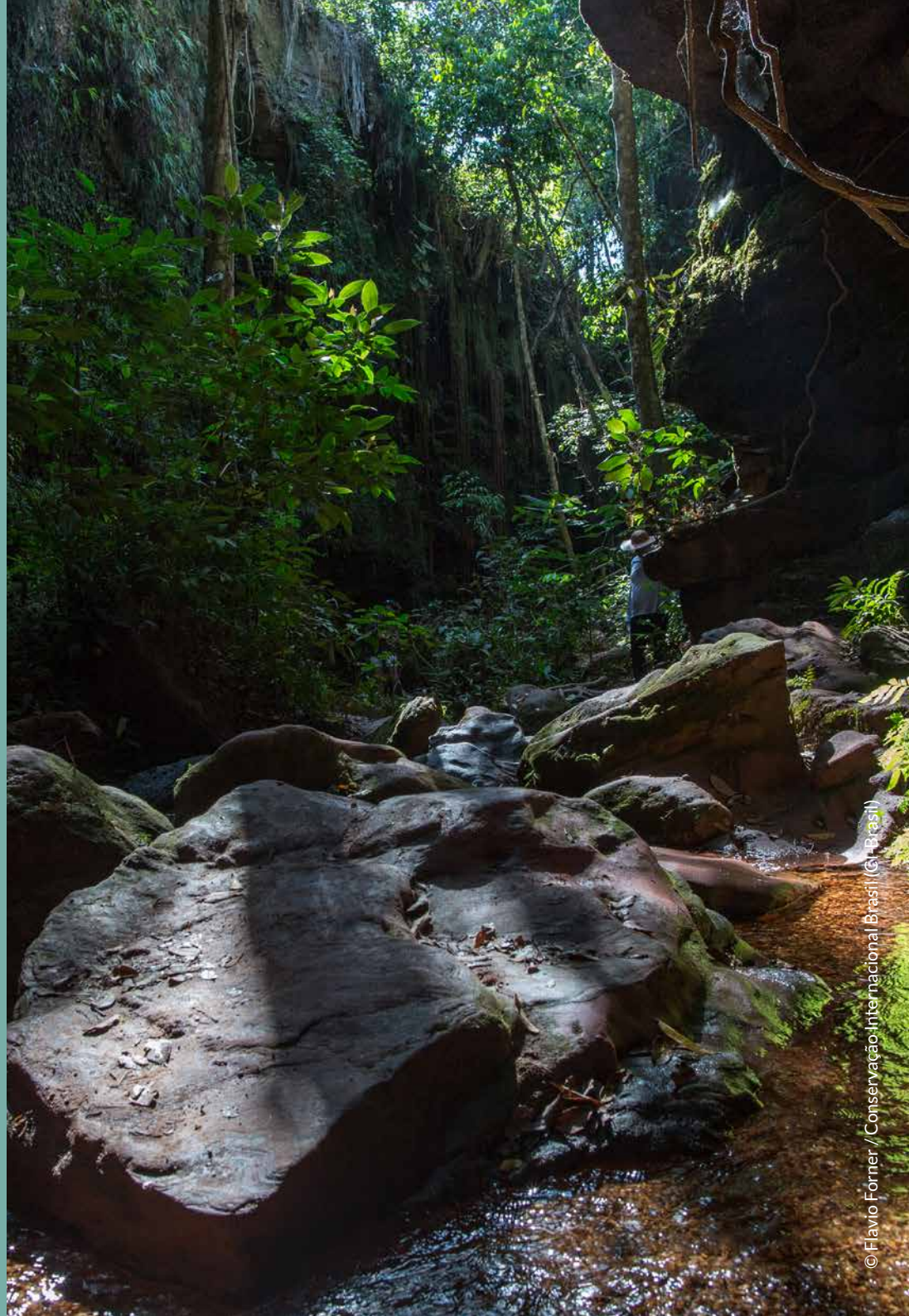
Conduz para altos níveis de sustentabilidade

Muitos elementos do  $K_n$  são essenciais

$K_n$  precisa ser mantido porque:

- substituição imperfeita
- perdas irreversíveis
- incerteza sobre valores

Fonte: Barbier (2003); Andrade e Romeiro (2009).





# CERTIFICAÇÕES E DESMATAMENTO ILEGAL ZERO

O Cerrado brasileiro, onde está localizado o MATOPIBA, ainda precisa avançar sobre o compromisso com o desmatamento ilegal zero. É o que alerta Drigo. A pesquisadora explica que grandes empresas aceitam a eliminação do desmatamento ilegal, ou seja, os produtores que ainda possuem grande resistência à implementação de estratégias sustentáveis para eliminar qualquer tipo de desmatamento vão continuar assumindo um compromisso junto à empresa, que é de não abrir novas áreas e desmatá-las para a agricultura ou outra atividade. No entanto, Drigo destaca que não há ainda nenhuma certificação de produtos para o bioma Cerrado, o que torna a situação um tanto quanto mais desafiadora. “Na Amazônia, em se tratando de soja, por exemplo, é um volume muito pequeno de RTRS [Round Table on Responsible Soy Association – Associação Mesa-Redonda de Soja Responsável]. Esse sistema de certificação não faz muita diferença no mercado ainda, mas é o que existe atualmente. O que nós, do Imaflo, temos trabalhado é com a meta de desmatamento ilegal zero no Cerrado. O próximo passo é fazer a implementação de quem assumiu a política corporativa, mas é importante avançar na eliminação da ilegalidade primeiro”, comenta. Para a especialista, o esperado é que as empresas possam se envolver mais no processo, ao ponto de uma *trader* exigir dos seus fornecedores que não tirem mais nenhum pé de árvore de vegetação. “Ela [a *trader*] vai ter que ter um sistema de monitoramento por satélite, mas também documental”, complementa. É um processo de educação dos produtores de contínua observação da legislação vigente, conjuntamente às melhores práticas que permitam uma abordagem do capital natural sustentável, produtiva e duradoura.

## Como funciona a certificação pela RTRS?

Para obter a certificação de produção de soja responsável RTRS, o produtor deve cumprir com 106 indicadores obrigatórios e de implantação progressiva, reunidos em cinco critérios:

- Cumprimento legal e boas práticas empresariais
- Condições de trabalho responsáveis
- Relações responsáveis com a comunidade
- Responsabilidade ambiental
- Boas práticas agrícolas

### SOJA CERTIFICADA RTRS



O volume de soja certificada RTRS é transformado em uma quantidade equivalente de créditos



Os créditos RTRS são registrados na plataforma de comercialização RTRS



Os créditos RTRS podem ser adquiridos por diferentes organizações

Fonte: RTRS. Disponível em: <<https://bit.ly/3BTdKmD>>.

A produção de soja certificada pela RTRS segue em pleno crescimento ao redor do mundo. O balanço mundial do ano passado comprova essa tendência. Em 2020, o setor produziu 4,6 milhões de toneladas, diante de 4 milhões de toneladas de grãos certificados colhidos em 2019.

Em 2020, destaque para o Brasil, que liderou esse *ranking*, com aproximadamente 3,7 milhões de toneladas de soja certificada.<sup>9</sup>

9. Disponível em: <<https://bit.ly/2Vu1hGt>>.

# DESAFIOS PARA A SOJA

A demanda mundial por soja é enorme, com tendência de aumentar nos próximos anos. Os produtores precisam avançar para além de um raciocínio puramente econômico e considerar também a lógica ambiental. É necessário enxergar lá na frente, seja para se ter água, seja para avaliar a variação climática, com chuva intensa ou sua escassez, já que existem outras adversidades ainda piores que são mais difíceis de se prever. “Se não é um cálculo para o futuro, a conta é imediata”, alerta Drigo. E, como alternativa para esse futuro, há os serviços ecossistêmicos, como muito bem explicado na Cartilha 9 desta série, que versa sobre Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). No entanto, para quem está no campo, o desafio é grande, porque, embora haja instituições e consultorias que façam o cálculo do potencial de carbono estocado, embora haja consciência de que isso deve ser valorizado e de que há pessoas e outras instituições que o façam, o produtor acaba não vendo o dinheiro “na mão”, até pela cultura racionalizada e tradicional característica do meio rural brasileiro. Ou seja, não é uma conta palpável para essas pessoas. Mas, se há conhecimento que chega até esse produtor, seja por assistência técnica, seja por outros meios, o trabalhador entende a lógica de que, no longo prazo, haverá uma economia e um ganho real para ele, sem contar o ganho incalculável para todo o meio ambiente. “A abertura de área tem que levar em consideração o aumento de custo para o produtor. Ele precisa, nesse caso, pensar duas vezes. Daí ele vê que produzir melhor em menos área, com mais produtividade, conservando o solo, é mais lucrativo no longo prazo”, explica Drigo.

Vendrametto, da CI-Brasil, concorda e lembra as boas práticas agrícolas, que trazem uma forma de produção mais consciente, mas que ainda não possuem uma adesão tão grande. A ILPF, sempre citada como um caminho viável para um campo produtivo e sustentável, possibilita o equilíbrio e a diversidade, que proporcionam um solo conservado, por exemplo. “É um ciclo muito mais equilibrado, porque o resíduo de uma cultura ou de um animal é utilizado, e esse ciclo não se rompe”, explica Lilian.



## A assistência técnica como forte aliada

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) são uma grande oportunidade para levar informação ao agricultor e promover a adesão da tecnologia do seu sistema produtivo. No entanto, a tecnologia é tão necessária para possibilitar ao produtor aumento de produtividade ou modernização da sua lavoura quanto o respeito da aptidão do solo e do clima. Nossas especialistas defendem uma Ater pública e de qualidade, com técnicos bem formados e capacitados para desenvolver atividades baseadas em ciência e conhecimento. Essa formação é que vai capacitar quem apoia o produtor a produzir, replicar boas práticas de manejo sustentável e se fazer entender ao combinar alta produtividade com metas ambientais, que preservem os capitais naturais das propriedades e região. Para o produtor, de forma geral, é difícil compreender que, para manter sua alta produtividade a qualquer custo, estão implícitos custos ambientais incalculáveis ou danos ambientais irreversíveis, com o desmatamento, a poluição da água ou o empobrecimento do solo.

“Ainda estamos usando o pacote da Revolução Verde, que é o pacote de agroquímicos<sup>10</sup>. É um olhar já na soja, principalmente para as sementes, que são cada vez mais resistentes à seca. Tem gente que acredita que o melhoramento de sementes por si só vai resolver o problema, ou então aplicar mais defensivos agrícolas”, exemplifica Drigo. É preciso, nessa conta que parece simples, incluir a análise do solo e sua aptidão, a permeabilidade da água, os nutrientes necessários para manter aquela cultura naquele território, entre tantas outras especificidades. “O desafio é vencer a miopia técnica e tecnológica”, resume Isabel.

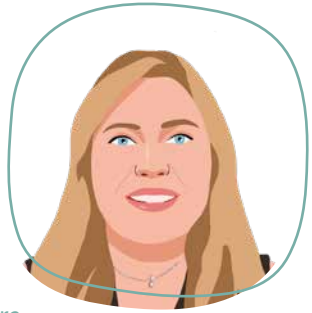
## E A QUESTÃO DE GÊNERO?

Como já observado nas outras cartilhas desta série, nossas especialistas também concordam que, nas pequenas propriedades, é cada vez mais comum observar mulheres, mães e filhas, ocupando espaços antes dominados por homens.

---

10. Revolução Verde foi o nome dado às transformações ocorridas no modo de produção agrícola a partir da década de 60. Com o objetivo de produzir mais alimentos para acabar com a fome no mundo, ela também ficou conhecida pelo alto uso de agroquímicos.

*“Percebemos que as mulheres, muitas vezes, fazem a gestão dos recursos na propriedade, o gerenciamento das compras de insumos e até a comercialização da colheita. Já percebi, em vários cursos que ministrei, a participação crescente de mulheres para aprender a mexer em planilhas, entender o básico sobre custos, planejamento e gestão financeira. Muitas vezes isso é o pulo do gato, fazendo com que a mulher consiga entender de fato como pode comercializar melhor aquilo que é produzido, valorizar a troca entre os vizinhos também (‘Ah, você me ajuda no plantio do milho nesta semana e quantificamos isso em horas trabalhadas. Te pago em produtos da minha horta, ou você me ajuda com esse roçado de mandioca e eu te ajudo a secar o café no terraço?’). Elas querem sempre aprender.”*



### **Lilian Vendrametto**

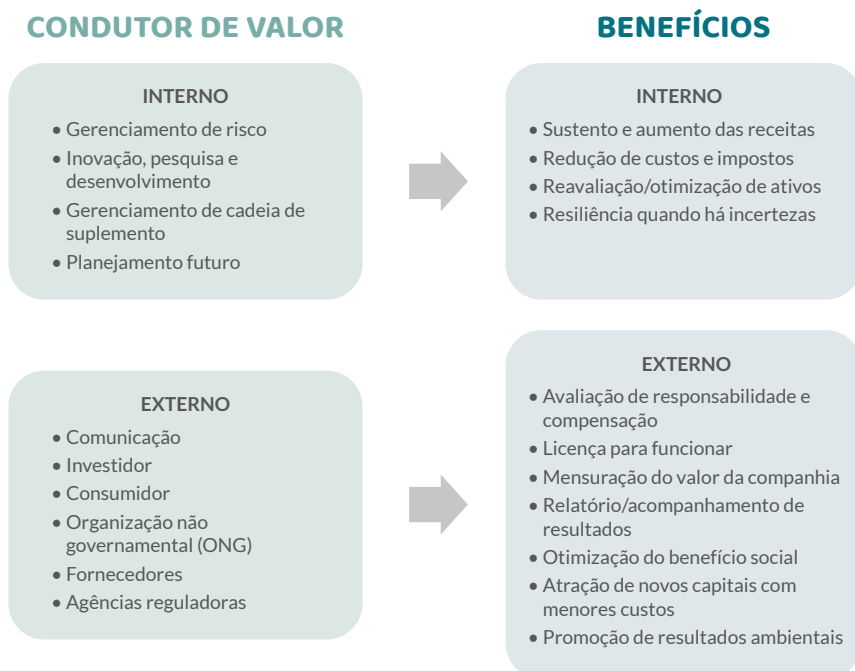
A mulher parece ter um *feeling*, uma percepção de como gerir de forma correta entradas e saídas financeiras em uma propriedade. Consegue perceber as melhorias que precisam ser feitas, por exemplo, conhecer o momento certo de comprar os insumos para produzir e as melhores formas de vender. “A mulher é multitarefa, e muitas vezes multidinâmica quando toma para si a gestão da propriedade. Já vi casos de sucesso muito interessantes, principalmente nesse estrato de pequenos produtores... pequenos e às vezes médios produtores também”, pontua Vendrametto.

No entanto, Drigo acrescenta que os desafios ainda são muito grandes, sobretudo por não existirem, em sua avaliação, condições objetivas e concretas para o envolvimento de mulheres em algumas cadeias na parte mais comercial. E a soja, que é altamente tecnificada nas grandes propriedades, ainda não possibilita uma participação feminina tão marcante. “Nós até podemos encontrar mais mulheres trabalhando nessas fazendas, técnicas, agrônomas, pilotas das colheitadeiras etc., mas não à frente do negócio, aquele grande, que vai negociar preço com a *trader*, que, por sua vez, também é muito dominada pelos homens”, opina a especialista.

# POR ONDE VIRIA A MUDANÇA?

Mais cedo ou mais tarde, o uso do meio ambiente enquanto fonte de recursos e escoadouro de dejetos terá que ser reavaliado. Além disso, a escala da atividade econômica terá que ser repensada no intuito de não explorar os recursos naturais acima de sua capacidade de regeneração e não emitir resíduos acima de sua capacidade de assimilação. Portanto, para que a escala econômica continue crescendo por meio do uso intensivo do estoque de capital natural – que está diminuindo –, é imprescindível investir. Mas, como a capacidade de recriar capital natural é limitada, tais investimentos terão que ser indiretos. É preciso conservar o que ainda existe, expandir o que pode ser cultivado e aumentar a eficiência no uso dos recursos naturais.

Figura 1 - Condução de valores e benefícios esperados da gestão dos capitais naturais



Fonte: Scialabba (2015).

Olhando mais especificamente para o campo, necessita-se de um trabalho colaborativo, uma junção de esforços. Empresas, em conjunto com o governo, em suas três esferas, federal, estadual e municipal, podem cumprir um papel decisivo para ajudar a melhorar os meios de produção e a ampliação da tecnologia agrícola sustentável em larga escala. “Nós temos uma falsa noção de que todos os produtores de soja são altamente tecnificados, e não é assim. Precisamos dessa junção entre política privada e política pública trabalhando na cadeia. Precisamos também da pressão de fora, porque isso ajuda a empurrar o processo e a movimentar atores importantes”, opina Drigo. Ela ainda destaca que é necessário redirecionar os fluxos de capital, ou seja, o capital chegar aonde é realmente necessário.

Já para Vendrametto, o trabalho com lideranças locais também é um fator altamente promotor de mudança, que é levar inovação para pequenos produtores rurais. “É uma oportunidade de troca de experiências entre vizinhos. Muitas vezes, é uma questão de promover um olhar mais cuidadoso, voltado para a mudança, a melhoria do processo, pois sempre há maneiras mais eficientes de realizar as nossas atividades, inclusive as cotidianas”, finaliza.





# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, D. C.; ROMEIRO, A. R. Capital natural, serviços ecossistêmicos e sistema econômico: rumo a uma “economia dos ecossistemas”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 37., 2009, Foz do Iguaçu, Paraná. **Anais...** Foz do Iguaçu: Anpec, 2009.

BARBIER, E. B. The role of natural resources in economic development. **Australian Economic Papers**, v. 42, n. 2, p. 253-272, 2003.

DALY, H.; FARLEY, J. **Economia ecológica: princípios e aplicações**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. 530 p.

IEA – INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. Capital natural e sustentabilidade na agricultura. **Informações Econômicas**, v. 13, n. 4, abr. 2018.

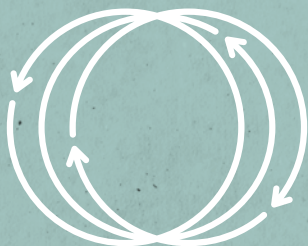
MACDONALD, D. V. Applying the concept of natural capital criticality to regional resource management. **Ecological Economics**, n. 29, p. 73-87, 1999.

O’CONNOR, M. **Natural capital**. Cambridge: Cambridge Research for the Environment, 1999. (Policy Research Brief Series, n. 3).

SCIALABBA, N. E.-H. (Org.) **Natural capital impacts in agriculture: supporting better business decision-making**. Italy: FAO, 2015.

SEIFER, P.; CAMARGO, R.; DRIGO, I. **Quanto vale o verde na produção de soja no Matopiba?** Rio de Janeiro: CI-Brasil, 2020. (Caderno de Notas Técnicas).





# GOOD GROWTH PARTNERSHIP

